

# Carta faz Sarney mobilizar governo

Planalto já admite uma redução nos pontos a serem modificados

O presidente José Sarney volta a reunir hoje a partir das 10h30, os ministros considerados confiáveis ao Palácio do Planalto e os líderes do governo e do PFL no Congresso Nacional para analisar a repercussão financeira dos pontos polêmicos aprovados pela Assembleia Nacional Constituinte. Ontem, pela manhã, Sarney reuniu os líderes e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para examinar as matérias polêmicas. Durante o encontro o presidente Sarney informou que o impacto econômico pode chegar a um trilhão de cruzados, o que equivale, no câmbio oficial, a US\$ 4.67 bilhões, representando 3,89 por cento da dívida externa brasileira estimada em US\$ 115 bilhões.

O número, segundo o senador Marcondes Gadelha, foi apenas um chute do presidente Sarney, porque os dados concretos serão apresentados durante a reunião com os ministros. O encontro será para traçar o esquema que será utilizado no segundo turno de votação da Constituinte, a exemplo do que ocorreu anteriormente, nas votações do sistema de governo e do mandato do presidente Sarney. O chamado grupo dos 10, é formado pelos ministros, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Borges da Silveira, da Saúde; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jader Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações; João Alves Filho, do Interior; Prisco Viana, da Habita-

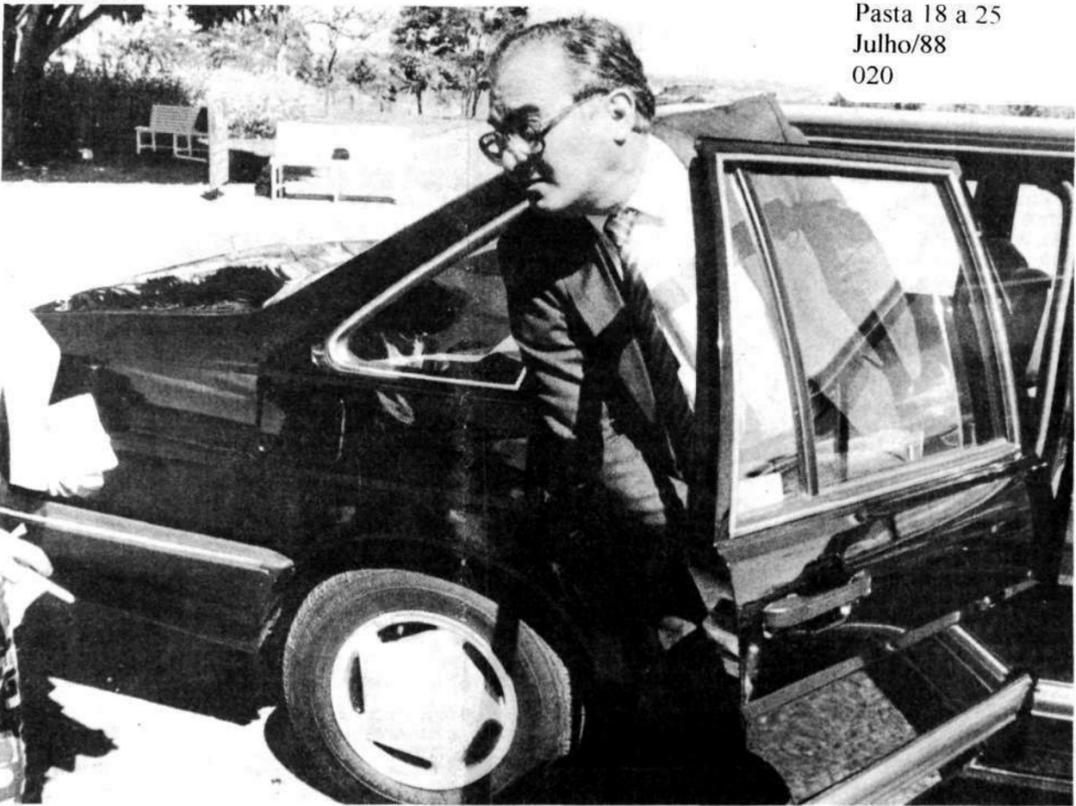
ção, Urbanismo e Meio Ambiente; Hugo Napoleão, da Educação; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio; e Iris Rezende, da Agricultura.

Do encontro, que não está previsto na agenda oficial do presidente Sarney, devem participar os ministros interinos do IIC, Luiz André Rico Vicente; e do Interior, Jaime Santiago. José Hugo Castelo Branco está licenciado, enquanto João Alves Filho está na Hungria. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e Paulo César Ximenes, substituído de Mailson da Nóbrega, devem comparecer à reunião, a convite de Sarney. Mas eles não fazem parte do chamado grupo dos 10.

Dos 38 pontos analisados, Marcondes Gadelha acha que no máximo 15 serão negociados, talvez até menos, porque existe um consenso entre as lideranças para suprimir alguns, como é o caso do tabelamento de juros em 12 por cento. Já o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, considera que podem chegar a 20 os artigos cuja supressão será cobrada como nocivos para o País. Durante a reunião foi feita a leitura do parecer do relator Bernardo Cabral, e Sarney o considerou sensato, bem-intencionado, bem-articulado, e a maioria das modificações introduzidas é bem aceita pelo governo.

O Governo está pensando em selecionar alguns pontos que considera imprescindíveis a rogo da sociedade, admitindo um envolvimento maior para combatê-los.

GIVALDO BARBOSA



O senador Marcondes Gadelha acha que menos de 15 temas serão negociados para o segundo turno

ANC 88  
Pasta 18 a 25  
Julho/88  
020

## Líder já quer cortar lista pelo meio

Depois de constatar que no período principal de votações do segundo turno da Constituinte o quorum máximo não passará muito de 350 presenças, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, reconheceu ontem que a única forma de vencer no plenário será reduzir a longa lista de itens do interesse do Palácio do Planalto a um máximo de 12 pontos. E, a partir daí, providenciar três grandes mobilizações para trazer ao plenário os constituintes que tradicionalmente votam com o Governo.

Ontem, Sant'Anna apontou no projeto aprovado em primeiro turno 23 itens que são essenciais ao Governo, mas depois reconheceu que terá que praticamente cortar ao meio a lista, diante de dados sobre a perspectiva de quorum. Ele pegou o levantamento feito pelo deputado Basílio Vilani e aplicou algumas projeções, chegando a número ainda menos otimista. Vilani apontou um quorum médio de 430 parlamentares, que o líder do Governo reduziu a 350, considerando que quanto mais se aproximar da data das eleições municipais, mais constituintes ficarão nos estados e municípios.

Depois, admitiu que sem segurança de aprovação para um item considerado fundamental, não haverá outra saída além de retirar o quorum do plenário e obrigar a suspensão da sessão. Quer dizer — resumiu — ou se chega a um amplo acordo ou a Constituição ficará com o texto como está, que tem a feição mais das esquerdas do que dos outros partidos. Como o Governo deseja alterar todos os artigos que têm impacto sobre o erário e tornam o País ingovernável, poderá optar seguidas vezes por essa manobra legislativa, atrasando a promulgação da Carta. Isso, não estimula em nada o presidente Ulysses Guimarães, brincou Sant'Anna, que junto com sua assessoria se deteve longamente na análise dos números levantados pelo deputado Basílio Vilani para começar a tra-

çar a estratégia de mobilização no segundo turno.

Será ao todo três fases de grande mobilização: primeiro logo no início da votação, para os artigos 4, 5, 6 e 7 do corpo permanente da Constituição; depois na parte da reforma tributária e de orçamento; e, finalmente, nas disposições transitórias. Nesta última, por exemplo, é que Carlos Sant'Anna concentrará os esforços. Na essência, usará os métodos tradicionais: telefonar, telegrafar, falar pessoalmente e mandar cartas com o cronograma de votação.

Na sua opinião, nos primeiros dias de votação é possível ainda trabalhar com a média de presença de metade dos 121 candidatos a prefeitos que, são constituintes, mas depois, acha que eles não abandonarão as campanhas para vir votar no plenário. Há ainda os gazeteiros conhecidos e os que faltam por outros motivos, dando em média cem parlamentares. Isso quer dizer que dos 559, só poderá contar com a presença de 350. Deste modo, nenhuma das correntes terá meios de arremeter os 280 votos necessários à aprovação das mudanças no texto do primeiro turno.

Sant'Anna continua aguardando um levantamento de custos dos artigos que causam impacto sobre o erário, enquanto outros fazem parte da sua lista de interesse pelas dificuldades que criam à administração do País.

Eis os pontos de interesse considerados essenciais pela liderança do Governo:

- Jornada máxima de seis horas ininterruptas (segundo o líder Carlos Sant'Anna causa impacto econômico na siderurgia, nos hospitais e às atividades da Petrobrás);

- greve nos serviços essenciais (o Governo quer que o direito de greve seja reduzido para não atingir esse tipo de atividade);

- voto aos 16 anos;
- moção de censura a ministros (não se compatibiliza com o sistema presidencialista de Governo);
- artigo 60 — inciso IV —

- artigo 60 — inciso VI — dá ao Legislativo competência para acompanhar o Governo a elaboração da proposta orçamentária bem como a sua execução (para o líder, esse é pior ainda do que o IV);
- artigo 161 — inciso II — cria um imposto adicional de cinco por cento para as pessoas físicas e pessoas jurídicas sobre ganhos de capital (segundo o Governo, isso só ajuda os estados mais ricos além de dar competência aos estados para tratar de matéria fiscal);

- artigo 163 — inciso II — diz que pertencem aos estados 20 por cento da arrecadação de impostos que a União instituir no exercício;
- artigo 183 — parágrafo 1º — proíbe os contratos de risco (o Governo quer suprimir no texto as restrições);

- artigo 197 — parágrafo 3º — tabela os juros em 12 por cento (o Governo prefere a supressão simples, mas aceitará negociar para retirar apenas o percentual e remeter o assunto a lei ordinária);
- artigo 207 — inciso I — reduz a idade da aposentadoria em cinco anos (é um dos artigos que o Governo considera de grande impacto, embora não existam, ainda, cálculos sobre o que representa para os cofres da Previdência Social);

- artigo 240 — muda a destinação dos recursos arrecadados pelo PIS, que iriam financiar o seguro-desemprego;
- Nas disposições transitórias, há mais alguns dispositivos;

- artigo 3º — estabelece a revisão constitucional para daqui a três anos (o Governo entende que isso cria instabilidade);
- artigo 4º — cria comissão de transição (o Governo acha que ela só seria necessária no parlamentarismo e, por isso, está sobrando);

- artigo 15 — parágrafo 7º — joga para a União os custos, débitos e encargos decorrentes da criação do novo estado de Tocantins (o Governo além de assinalar que esse é um artigo que onera os cofres da União, critica a falta de fixação de um prazo para a medida);
- artigo 23 — dá aos servidores o direito de optar pela lei que lhe for mais benéfica, a partir de sua admissão, quando pedir aposentadoria ou requerer a inatividade (é a "marajobrás", na visão do líder do Governo);
- artigo 24 — dá estabilidade aos juizes togados;
- artigo 25 — assegura aos defensores públicos, inclusive os nomeados em caráter precário, optarem pela carreira em caráter definitivo;
- artigo 26 — equipara os delegados de polícia aos membros da magistratura;
- artigo 29 — cria vácuo de poder com a revogação das leis existentes num prazo de 180 dias após a promulgação da nova Carta;
- artigo 29 — parágrafo único — revoga os decretos-leis que não tenham sido apreciados pelo Congresso à época da promulgação da Constituição (cai riam o do orçamento da União e o do congelamento da URP);
- artigo 53 — concedeu anistia aos micro e pequenos empresários e aos produtores rurais (o Governo diz que a medida custaria Cz\$ 377 bilhões);
- artigo 54 — concede anistia aos devedores do Imposto de Renda.

O líder Carlos Sant'Anna disse que esses são os pontos sobre os quais não acredita em acordo e precisará resolver a questão no voto em plenário. Por isso, não incluiu na lista os artigos que obrigariam seu grupo a apenas marcar posição, se não conseguir um entendimento com as demais lideranças. Um bom exemplo é o da estabilidade dos servidores, que não tem custos, sendo apenas "inconveniente à administração pública". Outro é o parágrafo 2º do artigo 117, que altera as funções do Tribunal Superior do Trabalho.

## OS ALVOS QUE RESTAM

Os 33 principais pontos examinados pelo presidente José Sarney, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e os líderes do Governo e do PFL no Congresso, de acordo com o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, que são considerados nocivos para o país, e que o governo quer modificá-los ou suprimi-los:

- 1) — Aposentadoria — conforme a lei da época, que mais pode beneficiar os aposentados;
- 2) — voto aos 16 anos;
- 3) — desapropriação de terras produtivas;
- 4) — jornada máxima de trabalho — turno de seis horas;
- 5) — prisão com mandado judicial;
- 6) — inciso 75 do artigo 5º, que trata de ação de inconstitucionalidade contra leis que firam a Constituição. Isto é, mais pelo grotesco, pelo ridículo;
- 7) — férias remuneradas. O Governo não vai se empenhar muito nessa questão;
- 8) — licença paternidade. Há uma proposta alternativa para remetê-la à lei ordinária;
- 9) — aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. O Governo coloca isso em questionamento;
- 10) — proibição da distinção entre trabalhadores manuais e intelectuais. É a velha ideia de criar uma sociedade sem classes. Isto está no artigo 6º;
- 11) — contribuição em folha para os sindicatos;
- 12) — problema de redação no artigo 13, que trata do idioma nacional. Deve passar de a língua portuguesa é o idioma nacional para o português é o idioma nacional;
- 13) — artigo 14, que trata do veto popular. Ninguém sabe exatamente o que é isso. O governo quer supressão;
- 14) — na parte das eleições há problemas no tempo para impugnação de registro de candidatura. Mantém-se o direito de impugnação, mas retira-se o tempo de 15 dias, e deixa isso para a definição em lei complementar;
- 15) — divisão dos estados. A questão é se o plebiscito deve envolver toda a população do Estado ou apenas da área interessada em separar. No projeto está a população diretamente interessada. O Governo entende que deve ser toda a população;
- 16) — o artigo 20, parágrafo 1º, fala de participação direta na compensação do uso por suas terras da exploração mineral, petróleo, energia etc. Isso sairia e os benefícios ficariam só para os estados e municípios;
- 17) — distribuição de gás — a distribuição só pode ser feita por uma empresa estatal. A ideia é suprimir isso, porque não há razão econômica, e sim setorial, ligado mais a São Paulo, onde há distribuição de gás de empresa privada;
- 18) — manutenção da polícia do Distrito Federal. O Governo quer que a manutenção fique por conta da União;
- 19) — o artigo 38, inciso 7º, trata do direito de greve e sindicalização dos funcionários públicos; a dúvida é saber se suprime essa parte e deixa o direito de greve subordinado ao princípio geral. Prevalece o direito,

sem especificar que direito de greve dos funcionários será regulamentado em lei complementar. É um ponto que não está decidido ainda, mas que está sob exame. O Governo está inclinado a manter o direito de greve dos funcionários, alvo dos serviços essenciais;

- 20) — artigo 52, inciso 1º — trata sobre o fato de o Congresso Nacional decidir em caráter definitivo sobre tratados internacionais gravosos (sic). A tendência é suprimir. O governo considera, se fica pouco operacional, se todo acordo tiver que ser decidido em caráter terminal pelo Senado.
- 21) — escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União (TCU) pelo Congresso. É um assunto que está sendo discutido;
- 22) — vitaliciedade dos membros do TCU. O texto retira essa prerrogativa. O governo quer suprimir o dispositivo para mantê-la;
- 23) — Conselho da República — havia a ideia de suprimir, pensando-se que esse seria um dispositivo eminentemente parlamentarista. A ideia que prevalece é a de manter, considerando que não altera e passa a ser um fórum mais privilegiado que o Presidente pode convocar para decidir sobre intervenções em estados e municípios;
- 24) — Procurador-Geral da República — é questão do mandato de dois anos para o Procurador-Geral. Há uma tendência do Governo contra essa ideia, mas este não será um ponto muito forte;
- 25) — imposto de renda para os aposentados — existe a ideia de reexaminar a questão, devido o seu impacto na Previdência Social. Pela nova Carta ele não pagaria imposto.
- 26) — imposto municipal sobre combustível líquido — a Constituição cria o imposto municipal, e a ideia é suprimir porque encarece o custo;
- 27) — lei complementar sobre dívida e emissão de título da dívida pública — é um ponto que também está sendo questionado. O Governo acha que é preciso agilidade para operacionalizar o lançamento de títulos no mercado;
- 28) — definição de empresa nacional — o Governo não vai se envolver muito nessa discussão, mas vê como ponto passível de questionamento;
- 29) — contrato risco — estão proibidos pela nova Carta. A tendência do Governo é para permitir os contratos;
- 30) — tratamento especial para as micros e pequenas empresas de atividade agrícola, industrial e creditícia — a ideia é suprimir a parte referente às as empresas de pequeno porte, manter apenas as micros e suprimir a expressão creditícia;
- 31) — Fernando de Noronha — o Governo quer manter como território, considerando que a área se transformou em reserva ecológica e temendo que o estado de Pernambuco não tenha condições para mantê-lo;
- 32) — Suprimir os artigos das disposições transitórias que tratam de vantagens para uma série de grupos sociais que já chamam de *vagão da alegria*;
- 33) — anistia fiscal. O Governo é pela supressão total.

## Já está pronta nova lei de segurança

GIVALDO BARBOSA



Brossard diz que projeto seguirá ao Congresso

"Logo após a promulgação da nova Constituição o Governo encaminhará, ao Congresso Nacional, o anteprojeto da Lei de Defesa do Estado, que substituirá a Lei de Segurança Nacional". Foi o que informou, ontem, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, após seu despacho semanal com o presidente José Sarney.

Brossard explicou que o anteprojeto da Lei de Defesa do Estado está pronto há muito tempo, inclusive, já foi publicado há bastante tempo através da imprensa, para que possam ser apresentadas muitas sugestões visando o aperfeiçoamento da futura Lei. Na opinião do ministro, este assunto deveria estar incluído no Código Penal — que também está sendo reformado. Mas, adiantou, por uma questão de comodidade, a Lei de Defesa do Estado ficará separada

do Código Penal.

O ministro confirmou que um levantamento feito pelo Ministério da Justiça indica a necessidade de elaboração de 163 Leis Complementares, após a promulgação da futura Carta. O ministério da Justiça, segundo Brossard, vai trabalhar na elaboração dessas leis complementares que, em sua grande maioria, terão que ser submetidas ao Legislativo.

Ele negou que seu ministério já tenha iniciado a elaboração dessas Leis. "Temos que esperar a conclusão dos trabalhos da Constituinte, quando só então saberemos como será a futura Constituição", justificou. O que ele evitou responder, embora tenha sido perguntado por três vezes, foi se o trabalho do Ministério da Justiça será feito em sintonia com o que será realizado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos.